

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	5
1. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS	15
PARECER	15
1. CONSULTA E BREVE SÍNTESE DOS FATOS	16
2. COMPORTAMENTO LEAL E REITERADO DE MARIDO E MULHER DURANTE A CONSTÂNCIA DO CASAMENTO QUANTO À GESTÃO E DISPOSIÇÃO DE SEUS PROVENTOS	18
3. FIDELIDADE DA JURISPRUDÊNCIA À CAUSA QUE GEROU A APLICAÇÃO DA CLÁUSULA GERAL DE BOA-FÉ E QUE ALTEROU A INTERPRETAÇÃO LITERAL DO TEXTO LEGAL	20
4. A VIDA COMUM COMO UM PROCESSO DE CUMPRIMENTO DE DEVERES, DE OBRIGAÇÕES E DE PARCERIA	23
5. PRETENSÃO CONTRADITÓRIA DO VARÃO AO TÉRMINO DO CASAMENTO	25
6. CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS	27
2. COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS	29
PARECER	29
I. CONSULTA	31
II. O CASO ESTAMPADO NOS AUTOS, DIANTE DA PROVA JUDICIAL	31
III. O ENTENDIMENTO DO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU	33
IV. A PREOCUPAÇÃO DO LEGISLADOR	33
V. A EXPERIÊNCIA EMPRESARIAL DE BBB	35
VI. O FATO DE OS CÔNJUGES SEREM SÓCIOS	37

VII.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS	38
3.	INTANGIBILIDADE DO REGIME DE BENS DE CASAMENTO	41
	PARECER.....	42
I.	CONSULTA E RESUMO DO CASO.....	44
II.	EUFEMISMO JURÍDICO NA PRETENSÃO DOS AUTORES DE “INEFICÁCIA DO REGIME DE BENS DO CASAMENTO”. CASO EVIDENTE DE PRETENSÃO ANULATÓRIA, ALCANÇADA, ENTRETANTO, PELA DECADÊNCIA.....	46
III.	ILEGITIMIDADE DOS AUTORES PARA EXERCITAR A PRETENSÃO DE BUSCAR A INEFICÁCIA DO REGIME DE CASAMENTO DE SEUS AVÓS. MUTABILIDADE DO REGIME DE BENS: PRETENSÃO EXCLUSIVA DOS CÔNJUGES.....	48
IV.	HERANÇA É DIREITO FUNDAMENTAL, MAS NEM TODOS TÊM DIREITO À HERANÇA. SUSPICAZ CURIOSIDADE SOBRE A HERANÇA DE PESSOA VIVA. QUANDO A LEI TOLERA QUE O POTENCIAL HERDEIRO NECESSÁRIO MOVIMENTE PRETENSÃO NO SISTEMA JURÍDICO VIGENTE?	53
V.	CASAMENTO CIVIL: SUA FUNCIONALIDADE INSTITUCIONAL.....	57
VI.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS	58
4.	REDUÇÃO TESTAMENTÁRIA	61
	PARECER.....	61
I.	TEOR ESSENCIAL DA CONSULTA E QUESITOS FORMULADOS.....	64
II.	HERANÇA.....	67
III.	INEXISTÊNCIA DE DISPUTA ENTRE HERDEIROS NECESSÁRIOS.....	69
IV.	INAPLICABILIDADE DO INSTITUTO DA COLAÇÃO. A LEITURA E INTERPRETAÇÃO DO CC 1847	70
V.	INTERPRETAÇÃO DO TESTAMENTO E SUA EFICÁCIA.....	73
VI.	CABIMENTO DA REDUÇÃO TESTAMENTÁRIA.....	76
VII.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS.....	76
5.	FILIAÇÃO.....	79
	PARECER.....	79

1.	CONSULTA E RELATO DOS FATOS PELA CONSULENTE.....	80
2.	COMPORTAMENTO DO CASAL EM FACE DA CRIANÇA GESTADA.....	82
3.	AVIDA COMUM COMO PROCESSO DE CUMPRIMENTO DE DEVERES, DE OBRIGAÇÕES E DE PARCERIA.....	84
4.	INTERPRETAÇÃO DOS TEXTOS LEGAIS (CC 1593 E CC 1597 V), COMPORTAMENTO DAS PARTES. COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO	85
5.	INTERESSE DO MENOR: LEGITIMIDADE E REPRESENTAÇÃO. AÇÃO DE ESTADO	87
6.	CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS.....	90
6.	DIREITOS METAINDIVIDUAIS.....	93
	PARECER.....	94
1.	CONSULTA.....	103
I.	SOBRE O CONTEÚDO DOS TEXTOS NORMATIVOS DA CONVENÇÃO DE MONTREAL E DO CDC.....	105
II.	SOBRE O CONTEÚDO DO COMANDO DO CBAER E O CDC	106
III.	SOBRE A ORDEM DE INDENIZAR SEM QUE SE PROVE A OCORRÊNCIA DE EFETIVO DANO MORAL.....	106
IV.	SOBRE A ANÁLISE JURÍDICA DOS FATOS ASSIM CONSIDERADOS: “ATRASO DE VOO”, “CANCELAMENTO DE VOO”, “EXTRAÍDO TEMPORÁRIO E DEFINITIVO DE BAGAGEM”, “CASO FORTUITO”, “FORÇA MAIOR”, “FATO DE TERCEIRO”.....	107
V.	SOBRE A DISTINÇÃO DOS CONCEITOS DE “DANO MORAL” E DE “DANO MATERIAL” AO ENSEJO DA ANÁLISE DO TEMA 210 DO STF	107
2.	O ADVENTO DO CDC NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO. BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO ECONÔMICO INSPIRADOR DA NORMA....	108
2.1.	RESPONSABILIDADE OBJETIVA	111
2.2.	CONTROLE DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS	113
3.	LEIS PRINCIPIOLÓGICAS.....	114
4.	O CONTRATO DE TRANSPORTE E SUAS PECULIARIDADES.....	117

5.	DIREITO DOS TRATADOS. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA CONVENÇÃO DE VIENA (1969) SOBRE OS TRATADOS INTERNACIONAIS.....	122
6.	A CONVENÇÃO DE MONTREAL (1999) NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA. CONTRATO INTERNACIONAL.....	131
7.	REPARAÇÃO DE DANOS. O DANO MORAL: SEU CONTEÚDO E VALORAÇÃO	136
8.	<i>PUNITIVE DAMAGES</i> : NÃO HÁ NO SISTEMA JURÍDICO NACIONAL PREVISÃO LEGAL DE INDENIZAÇÃO SEM DANO EFETIVO	141
9.	OBRIGAÇÃO DE INFORMAR EM MATÉRIA DE ATRASOS E CANCELAMENTOS DE VOOS E DE EXTRAVIO DEFINITIVO OU TRANSITÓRIO DE BAGAGENS.....	153
10.	ATIVIDADE DE RISCO E SOLIDARIEDADE: PERTINÊNCIA LÓGICA ENTRE AS ATIVIDADES DE EMPRESAS AÉREAS E AS PRETENSÕES JURÍDICAS DE SEUS CONSUMIDORES NO SISTEMA CIVIL E CONSUMERISTA BRASILEIRO.....	158
11.	REGIME DE PRESCRIÇÃO DA CONVENÇÃO DE MONTREAL.....	164
12.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS.....	168
	12.1. CONCLUSÕES.....	168
	12.2. RESPOSTAS AOS QUESITOS.....	172
	I. SOBRE O CONTEÚDO DOS TEXTOS NORMATIVOS DA CONVENÇÃO DE MONTREAL (1999) E O CDC.....	172
	II. SOBRE O CONTEÚDO DO COMANDO DO CBAER E O CDC.....	176
	III. SOBRE A ORDEM DE INDENIZAR SEM QUE SE PROVE A OCORRÊNCIA DE EFETIVO DANO MORAL	177
	IV. SOBRE A ANÁLISE JURÍDICA DOS FATOS ASSIM CONSIDERADOS: “ATRASO DE VOO”, “CANCELAMENTO DE VOO”, “EXTRAVIO TEMPORÁRIO E DEFINITIVO DE BAGAGEM”, “CASO FORTUITO”, “FORÇA MAIOR”, “FATO DE TERCEIRO”.....	179
	V. SOBRE A DISTINÇÃO DOS CONCEITOS DE “DANO MORAL” E DE “DANO MATERIAL” AO ENSEJO DA ANÁLISE DO TEMA 210 DO STF	180
7.	DEVERES ANEXOS DE CONDUTA	183
	PARECER.....	183

1.	CONSULTA.....	184
2.	BREVE SÍNTESE DOS FATOS.....	184
3.	AS PARTES, O ESCOPO CONTRATUAL, O TEMPO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E A COMPRA E VENDA CONTINUADA DE PRODUTO.....	185
4.	CONTRATO DE COMPRA E VENDA CELEBRADO: CONTRATO SINA- LAGMÁTICO.....	186
5.	DEVER DE CONDUTA. REGRAS DE <i>COMPLIANCE</i> (CLÁUSULA 23.3): DEVER ANEXO DAS PARTES CONTRATUAIS.....	188
6.	NATUREZA DO DEVER DE CONDUTA.....	195
7.	CONSEQUÊNCIA DA QUEBRA DO DEVER DE CONDUTA: RESOLVER, RESILIR OU READEQUAR.....	199
8.	OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO.....	200
9.	ABUSO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	202
10.	CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS.....	207
8.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	213
	PARECER.....	213
1.	CONSULTA.....	217
2.	A POSIÇÃO JURÍDICA DA ASSOCIAÇÃO NAS RELAÇÕES CIVIS E NO PROCESSO DE INTERESSE DE SUAS FILIADAS.....	220
3.	A RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES ASSOCIADAS.....	228
4.	O TÍTULO DE QUE DISPÕE A CONSULENTE.....	237
5.	REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS DE ADVOCACIA.....	241
6.	INADIMPLEMENTO DA ASSOCIAÇÃO.....	250
7.	MEDIDAS JUDICIAIS.....	251
8.	CONCLUSÃO E RESPOSTAS AOS QUESITOS.....	259
9.	ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	291
	PARECER.....	291
1.	CONSULTA.....	293
2.	BREVE SÍNTESE DOS FATOS.....	294

3.	AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA JURÍDICA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO.....	305
4.	DA LITISPENDÊNCIA E DA CONEXÃO ENTRE AÇÕES.....	314
5.	DA NÃO ACEITAÇÃO DOS TERMOS DE ESBOÇO DE MINUTA CONTRATUAL. O COMPORTAMENTO DAS PARTES. BOA-FÉ OBJETIVA E <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i>	322
6.	DA APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI 14.365/2022 NO QUE TOCA À APLICAÇÃO DO CPC 85 § 20 AOS HONORÁRIOS FIXADOS POR ARBITRAMENTO JUDICIAL.....	333
7.	CONCLUSÃO: RESPOSTA AOS QUESITOS.....	339
10.	FRAUDE DE CREDORES NÃO PROVADA E BEM DE FAMÍLIA.....	345
	PARECER.....	345
I.	CONSULTA.....	349
II.	OS FATOS EM QUESTÃO.....	350
III.	FRAUDE CONTRA CREDORES, VÍCIO DO NEGÓCIO JURÍDICO. ANULABILIDADE. PROVA DA INSOLVÊNCIA: ÔNUS DO CREDOR QUIROGRAFÁRIO.....	351
IV.	A POSIÇÃO JURÍDICA DAS PARTES, SEUS COMPORTAMENTOS NEGOCIAIS E A PROVA DE SEUS ATOS.....	353
V.	OS CREDORES (YYY E XXX) NÃO SÃO CREDORES DE CCC E, QUANTO A BBB, NÃO SÃO CREDORES QUIROGRAFÁRIOS.....	357
VI.	O DEVEDOR E SEU PATRIMÔNIO.....	358
VII.	AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS NEGÓCIOS E A PROVA DOS AUTOS: BEM ÚNICO E INDIVISÍVEL DE PROPRIEDADE DA CONSULENTE.....	361
VIII.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS.....	363
11.	FUNCIONALIDADE DO CONTRATO DE MÚTUO.....	369
	PARECER.....	370
I.	CONSULTA.....	372
II.	ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. A) VIOLAÇÃO AOS CPC 373 I E II E 374 II E III; CC 586, 1113 E 1146 (CF 105 III A). B) DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL (CF 105 III C).....	373

III.	O TÍTULO DO NEGÓCIO CELEBRADO ENTRE AS PARTES BBB E AAA.....	379
IV.	A NATUREZA JURÍDICA DO ENVOLVIMENTO EMPRESARIAL ENTRE AS PARTES.....	382
V.	A PROVA DOS AUTOS E SUA APRECIÇÃO E A LEALDADE CONTRATUAL EM SISTEMA DE PARCERIA.....	385
VI.	PRETENSÃO QUE DESBORDA DA ÉTICA. ILICITUDE DA CONDUTA DA AUTORA. O RISCO.....	387
VII.	COMPORTAMENTO EMPRESARIAL NÃO RAZOÁVEL, DESLEAL E ABUSIVO.....	391
VIII.	CONCLUSÃO E RESPOSTA AOS QUESITOS.....	394